



COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50901.009806/2024-63

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em Seguro de Vida em Grupo e Acidentes de Trabalho, com cobertura básica e adicionais, incluindo Assistência Funeral e Cesta Básica, de natureza continuada.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A Companhia Docas do Pará, com o objetivo de aprimorar a segurança e o bem-estar de seus diretores, propõe a implementação do seguro de vida e acidentes de trabalho. Este seguro incluirá garantias adicionais, tais como auxílio funeral e cesta básica.

2.2. O serviço objeto deste termo de referência visa substituir o serviço prestado pelo Contrato Nº 24/2020, com término previsto para 31 de julho de 2025, uma vez que se faz necessário a continuidade na prestação do serviço em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, que estabelece normas para a gestão das estatais, garantindo que o processo de seleção e contratação dos serviços obedeça aos princípios de transparência e eficiência.

2.3. Busca-se o oferecer um Seguro de Vida adequado, além de contribuir com a proteção financeira dos dependentes, bem como colabora com a segurança emocional e psicológica dos diretores da Companhia ao sentirem-se amparados em caso de eventualidades.

2.4. É um incentivo a mais na manutenção da motivação e comprometimento do quadro de diretores da Companhia Docas do Pará.

3. METODOLOGIA

3.1. A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório na **modalidade Pregão**, na forma eletrônica, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme os dispositivos legais, notadamente as Leis 13.303/2016, 14.133/2021 e suas alterações, Decreto 10.024/2019 e demais legislações pertinentes.

3.2. Os serviços referenciados neste instrumento enquadram-se na modalidade de bens e serviços comuns para fins do disposto Decreto 10.024/2019 – Pregão Eletrônico, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital e anexo, por meio de especificações usuais de mercado, conforme a Lei 14.133/2021.

3.3. A metodologia aplicada para a realização do trabalho será com base nas especificações técnicas dispostas no Termo de Referência que possibilitem a efetiva execução objeto da contratação.

4. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Será julgada vencedora a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

5. DEFINIÇÕES

5.1. **Apólice:** documento emitido pela empresa formalizando a aceitação da cobertura solicitada pelo proponente, nos planos individuais, ou pelo estipulante, nos planos coletivos.

5.2. **Aviso de sinistro:** comunicação da ocorrência de um sinistro que o segurado é obrigado a fazer ao segurador assim que tenha dele conhecimento.

5.3. **Acidente:** é o evento exclusiva e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só e independentemente de qualquer outra causa, tenha como consequência direta a invalidez permanente parcial ou total do segurado.

5.4. **Condições gerais:** conjunto das cláusulas comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

5.5. **Cônjuge:** Marido ou esposa devidamente casados oficialmente ou companheiro(a) conforme documento (declaração de convívio marital) registrado em cartório e com firma reconhecida.

5.6. **Endosso:** documento que configura qualquer alteração no contrato, feito de comum acordo entre o segurado e a seguradora.

5.7. **Indenização:** pagamento do prejuízo ao segurado, em caso de sinistro coberto, dentro do limite contratado para a cobertura e de acordo com as condições da apólice.

5.8. **Prêmio:** valor que o segurado e/ou estipulante paga à seguradora para ter direito ao seguro.

5.9. **Risco:** evento incerto ou de data incerta que independe da vontade das partes contratantes e cuja ocorrência dará direito à indenização descrita na apólice.

5.10. **Segurado:** é a pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro, em seu benefício pessoal ou de terceiro. No caso dos seguros de pessoas, é a pessoa física sobre a qual se procederá a avaliação do risco e se estabelecerá o seguro.

5.11. **Seguro:** contrato pelo qual uma das partes se obriga, mediante cobrança de prêmio, a indenizar a outra pela ocorrência de determinados eventos ou por eventuais prejuízos previstos nas condições contratuais. O segurador e o segurado são obrigados a guardar, no contrato de seguro, a mais estrita boa-fé e veracidade a respeito do objeto segurado e das declarações a ele concernentes.

5.12. **Sinistro:** representa a ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

5.13. **SUSEP - Superintendência de Seguros Privados:** órgão fiscalizador das operações de seguro, previdência complementar aberta e capitalização.

6. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

6.1. A Apólice de Seguro de Vida em Grupo a ser CONTRATADA pela COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP deverá, obrigatoriamente, respeitar o disposto na Circular SUSEP 667 de 04/07/2022 e suas atualizações, bem como o exposto neste termo de referência.

6.2. Sinistros decorrentes de epidemias e pandemias declaradas por órgão competente serão, obrigatoriamente, cobertos por esta Apólice de Seguro de Vida em Grupo a ser CONTRATADA.

6.3. **GARANTIAS EXIGIDAS**

6.3.1. **GARANTIA BÁSICA - GB** - capital segurado a ser pago ao(s) beneficiário(s) em caso de morte natural do segurado, no valor de **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**;

6.3.2. **GARANTIA ADICIONAL 1 - ACIDENTE** - capital adicional igual a 100% (cem por cento) da GB, a ser pago ao(s) beneficiário(s), além da GB, em caso de morte do Segurado por acidente, observadas as condições deste Termo de Referência;

6.3.3. **GARANTIA ADICIONAL 2 - INVALIDEZ** - capital de até 100% (cem por cento) da GB, a ser pago ao segurado que sofrer invalidez permanente total ou parcial, em decorrência de lesões físicas causadas por acidente (Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente - IPA), bem como àqueles cuja invalidez decorra de doença funcional permanente total (Invalidez Funcional Permanente Total por Doença - IFPD), observadas as condições deste Termo de Referência;

6.3.4. **GARANTIA ADICIONAL 3 - AUXÍLIO FUNERAL PARA O SEGURADO E/OU CÔNJUGE** - é a quantia referente à cobertura do serviço de Assistência Funeral, no valor de 1% (um por cento) da Garantia Básica, pago em até 30 (trinta) dias após o comunicado do óbito à CONTRATADA, mediante apresentação notas fiscais das despesas à seguradora para reembolso dos gastos à determinada pessoa ou a quem assumiu o custo, até o limite do capital segurado estabelecido na apólice, sendo livre a escolha dos prestadores de serviço de funeral;

6.3.5. **GARANTIA ADICIONAL 4 - CESTA BÁSICA** - Será concedido ao beneficiário, em caso de morte natural ou acidental do segurado, o valor correspondente a 1% (um por cento) da Garantia Básica, a título de Cesta Básica, pago na mesma data do pagamento da garantia básica; e

6.3.6. **GARANTIA ADICIONAL 5 - CÔNJUGE** - capital de 50% (cinquenta por cento), da GB, a ser pago ao segurado em caso de morte do(a) cônjuge e / ou companheiro(a).

6.4. As garantias exigidas abrangem os sinistros ocorridos em qualquer parte do globo terrestre.

6.5. O capital a que se refere cada garantia é a importância máxima a ser paga ou reembolsada em função do valor segurado, vigente na data de cada evento.

6.6. É considerada a data do evento para efeito de determinar o capital segurado:

- 6.6.1. para a Garantia Básica - GB, a Garantia Adicional 1 - Acidente e a Garantia Adicional 5 - Cônjuge: **a data do falecimento; e**
- 6.6.2. para a Garantia Adicional 2 - Invalidez: **a data da transformação do auxílio doença ou aposentadoria por invalidez**, no caso de invalidez total permanente, e **a data do acidente**, no caso de invalidez parcial.

6.7. As garantias objeto deste Termo de Referência consideram:

- 6.7.1. não haverá qualquer espécie de carência;
- 6.7.2. não será exigido atestado médico para a inclusão no seguro;
- 6.7.3. as indenizações não entram em inventário; e
- 6.7.4. as indenizações não ficam sujeitas ao pagamento de impostos de sucessão.

6.8. A **GARANTIA BÁSICA - GB** (morte natural) garante aos segurados o pagamento de uma indenização, caso ocorra a morte do segurado principal e/ou cônjuge por causas naturais ou por acidentes, durante a vigência da apólice, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do capital segurado individual. Nos casos de acometimento de doença grave, conforme especificado abaixo, e quando reconhecidamente em fase terminal, a Seguradora irá antecipar a indenização devida em caso de morte. Para agilização deste procedimento, o pagamento será efetuado mediante apresentação de Laudo Médico Comprobatório, sendo considerada como data do evento a constante na declaração médica que deverá conter a existência da doença em fase terminal, de modo especificado.

- 6.8.1. Serão consideradas doenças em estágio terminal aquelas nas quais já tenham sido esgotados todos os recursos disponíveis e que apresente estado clínico grave, devidamente comprovado por um médico especialista, sem a perspectiva de recuperação.
- 6.8.2. Para todos os efeitos legais desta cobertura, o adiantamento é previsto para os casos do segurado vir a apresentar estágio avançado em uma ou mais patologias descritas a seguir:

DOENÇA	DESCRIPTIVO
DOENÇA CARDÍACA	Doenças Cardíacas de coronariopatias ou crônicas agudas das válvulas cardíacas e/ou músculo cardíaco, devidamente comprovadas e que necessitem de cirurgia a céu aberto, assim como a doença cardíaca geradora de sintomas de insuficiência do órgão.
DOENÇA PULMONAR GRAVE	Doenças Pulmonares relacionadas ao aumento permanente dos casos aéreos (alvéolos) com perda da capacidade de expirar completamente (enfisema), obstruções pulmonares hereditárias (fibrose cística), infecções prolongadas e cicatrização permanente e espessamento do tecido pulmonar.
DOENÇA RENAL GRAVE	Perda súbita da capacidade renal de excreção de resíduos e de concentração de urina, com necessidade de hemodiálise regular.
SÍNDROME DA INSUFICIÊNCIA	Conjunto de sinais e síndrome de insuficiência secundária, resultante da infecção pelo vírus HIV, caracterizada por uma contagem de linfócitos CD4 - (AIDS) abaixo de 200 células por mm3 ou inferior a 14% (quatorze por cento) do total de

	linfócitos Manifestações clínicas Incluem Infecções oportunistas, neoplasias: malignas, emaciação e demência.
PARALISIA IRREVERSÍVEL E INCAPACITANTE	Perda da capacidade de contração muscular voluntária, por interrupção funcional ou orgânica em ponto qualquer da via motora, que pode ir do córtex cerebral até o próprio músculo.
DOENÇA NEOPLÁSTICA OU CÂNCER	É o resultado do acúmulo de alterações genéticas ou adquiridas que transformam a célula normal em outra estrutura diferente, promovendo o crescimento progressivo e descontrolado de células malignas, com potencial para invadir tecidos ou órgãos vizinhos e disseminar-se em lugares distantes (metástases).

6.8.3. Não haverá indenização em hipótese alguma, acumulação de indexações, mesmo que ocorra mais de uma doença terminal.

6.8.4. O pagamento desta cobertura implicará no cancelamento imediato do Certificado individual, procedendo-se a exclusão da Apólice do Seguro indenizado.

6.9. Na **GARANTIA ADICIONAL 1 – ACIDENTE** a seguradora se obrigará a pagar uma indenização adicional, igual a 100% (cem por cento) da garantia básica, no caso de morte do segurado em consequência de acidente.

6.9.1. O valor do capital a ser pago de indenização(ões) ao(os) beneficiário(s), para efeito desta cláusula, será o vigente, em relação ao segurado, no dia do evento, não prevalecendo qualquer aumento posterior.

6.9.2. O pagamento de indenização ADICIONAL 1 será devido desde que o falecimento do segurado ocorra em consequência direta, independente de outras causas, de lesão corporal produzida exclusivamente por meio externo, de modo súbito, involuntário, violento e acidental.

6.9.2.1. Em adição à lesão que possa deixar contusão ou ferida visível, será considerada também, para efeito desta cláusula, a ocorrência de afogamento, fulguração ou outro traumatismo demonstrando lesões internas, reveladas em autópsia, se a seguradora exigir.

6.9.2.2. Além dos riscos supramencionados, serão obrigatoriamente Riscos Cobertos, no mínimo, as lesões acidentais decorrente de:

6.9.2.2.1. ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica, quando a elas o segurado ficar sujeito em decorrência do acidente coberto;

6.9.2.2.2. ataques de animais e ou casos de hidrofobia, envenenamentos ou intoxicações deles decorrentes;

6.9.2.2.3. sequestro ou tentativas de sequestro, atentados e agressões, atos de legítima defesa e os atos praticados por dever de solidariedade humana;

6.9.2.2.4. choque elétrico, raio ou fásca elétrica;

6.9.2.2.5. contato com substâncias ácidas ou corrosivas;

6.9.2.2.6. escapamentos de gases ou vapores;

6.9.2.2.7. tentativa de salvamento de pessoas ou bens;

6.9.2.2.8. infecções e estados septicêmicos, quando resultantes de ferimento visível, causado por acidente coberto; e

6.9.2.2.9. queda na água ou afogamento.

6.9.3. O pagamento será devido se o falecimento ocorrer dentro de 1 (um) ano a contar da data do acidente.

6.9.4. A seguradora, nos casos suscetíveis de dúvida, a seu critério e expensas, poderá promover a exumação e a autópsia do cadáver mediante autorização judicial.

6.9.5. A garantia prevista neste anexo ficará extinta quando:

6.9.5.1. cessar a vigência ou validade do seguro; e

6.9.5.2. a CDP, na qualidade de estipulante, pedir a exclusão de todos os segurados.

6.10. Na **GARANTIA ADICIONAL 2 - INVALIDEZ**, a seguradora se obrigará a pagar indenização de até 100% (cem por cento) do valor da garantia básica a qualquer segurado que vier a sofrer acidente do qual resulte invalidez permanente, total ou parcial, de acordo com o grau de invalidez apurado, ou que seja acometido por doença em que não há possibilidade de recuperação ou reabilitação, com utilização de recursos médico-terapeuta disponíveis, situação em que toma o segurado incapaz para exercer qualquer atividade remunerada.

6.10.1. Nesse rol consideram-se também como totais e permanentes inválidos os segurados portadores de doença em fase terminal.

6.10.2. A invalidez será comunicada por escrito pelo segurado, em formulário fornecido pela seguradora, acompanhado do laudo do exame médico emitido pela previdência oficial, que tenha constado a invalidez, ou do laudo do médico indicado pela seguradora.

6.10.2.1. A seguradora poderá solicitar do segurado, ou de seus beneficiários, atestados de médicos, de autoridades administrativas ou policiais, e certidões de inquéritos ou processos relacionados com o acidente para sua elucidação.

6.10.3. As despesas com a comprovação do sinistro correrão por conta do segurado, salvo as relativas ao laudo do médico indicado ou credenciado pela seguradora.

6.10.4. O direito ao benefício previsto desta garantia cessará:

6.10.4.1. quando do recebimento da indenização por invalidez definitiva total ou parcial: 12 (doze) meses após terminação do risco individual;

6.10.4.2. quando cessar a vigência do seguro; e

6.10.4.3. se ocorrer o cancelamento da apólice.

6.10.5. Além dos casos compreendidos no conceito do item 5.3 (Acidente), estão expressamente cobertas as lesões acidentais decorrentes de:

6.10.5.1. a) ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica, quando a elas o segurado ficar sujeito em decorrência de acidente coberto; b) ataques de animais e / ou casos de hidrofobia, envenenamentos ou intoxicações deles decorrentes, excluídas as doenças infecciosas e parasitárias transmitidas por picadas de insetos; c) sequestro e tentativa de sequestro, atentados e agressões, atos de legítima defesa e atos praticados por dever de solidariedade humana; d) choque elétrico, raio ou fálscia elétrica; e) contato com substâncias ácidas ou corrosivas; f) escapamentos de gases ou vapores; g) tentativa de salvamento de pessoas ou bens; h) infecções e estado septicêmicos, quando resultantes de ferimento visível, causado por acidente coberto; i) queda na água ou afogamento.

6.10.6. Danos estéticos e a perda de dentes não são considerados Invalidez Permanente.

6.11. LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

6.11.1. O pagamento das indenizações referentes ao Seguro de Vida em Grupo será efetuado pela **CONTRATADA** em uma única vez e em 100% (cem por cento) do capital segurado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da documentação respectiva.

6.11.2. A documentação a ser apresentada à SEGURADORA-CONTRATADA será constituída:

6.11.3. Para efeito de recebimento da indenização referente à GARANTIA BÁSICA:

- 6.11.3.1. certidão de óbito;
- 6.11.3.2. cópia do documento de identidade (RG ou equivalente);
- 6.11.3.3. cópia do CPF – cadastro de pessoas físicas;
- 6.11.3.4. certidão de casamento ou de nascimento atualizada (90 dias);
- 6.11.3.5. aviso de sinistro;
- 6.11.3.6. Comprovante de residência; e
- 6.11.3.7. Número da conta bancária dos beneficiários.

6.11.4. A documentação listada acima são referentes aos beneficiários e segurados.

6.11.5. Para efeito de recebimento da indenização referente à **GARANTIA ADICIONAL 1 - ACIDENTE**: a certidão de ocorrência policial e laudo cadavérico, em complementação à documentação referida nos itens 6.11.3.1 a 6.11.3.7;

6.11.6. Para efeito de recebimento de indenização referente à **GARANTIA ADICIONAL 2 - INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL**;

- 6.11.6.1. aviso de sinistro; e
- 6.11.6.2. laudo(s) pericial(is).

6.11.7. A indenização paga fora dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência fica sujeita a atualização monetária, atendidas as normas da **SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**.

6.11.7.1. A eventual necessidade de apresentação de documentos adicionais não especificados neste Termo de Referência, tais como cópia da carteira de habilitação, peças de inquérito policial, exame de toxicologia, etc., solicitados pela **SEGURADORA-CONTRATADA**, não constitui motivo para isentar ou dispensar o pagamento da atualização monetária.

6.11.7.2. Ocorrendo procrastinação imotivada do pagamento de qualquer indenização, a critério e julgamento da CDP, na qualidade de estipulante, o valor devido poderá ser retido por ocasião do pagamento da fatura da **SEGURADORA-CONTRATADA**, mediante simples comunicação escrita.

6.11.8. Para efeito de análise, parecer e emissão de laudo pericial quanto a indenização coberta pela **GARANTIA ADICIONAL 2 – INVALIDEZ**, a **SEGURADORA-CONTRATADA** indicará um profissional (médico) sem qualquer ônus para a CDP ou o segurado.

6.11.9. O pagamento da indenização não poderá ser fracionado, nem subdividido ou rateado, devendo ser feito sempre de uma única vez, no prazo estabelecido nestes Termo de Referência.

7. SEGURADOS

7.1. O grupo segurável abrange a totalidade de diretores da CDP

7.2. A quantidade estimada de segurados principais é de até 03 diretores.

7.3. A **SEGURADORA-CONTRATADA**, imediatamente após a adjudicação do Seguro de Vida em Grupo, emitirá e encaminhará à Companhia Docas do Pará - CDP:

- 7.3.1. - certificado individual de seguro para cada segurado, indicando os capitais segurados; e
- 7.3.2. - formulários próprios para que os segurados indiquem os respectivos beneficiários, na forma da legislação vigente.

7.4. Ocorrendo alteração dos capitais segurados a **SEGURADORA-CONTRATADA** emitirá certificado individual aditivo indicando os novos valores e a data de sua vigência.

8. BENEFICIÁRIOS CONTEMPLADOS PELO SEGURADO

8.1. O Segurado indicará, na proposta de adesão, pessoas a favor das quais será pago o capital segurado, na eventualidade da ocorrência de evento coberto, sendo possível alterar os Beneficiários indicados, a qualquer tempo, por meio de solicitação formal à Supervisão responsável pelo benefício.

8.2. Não sendo indicado(s) formalmente o(s) Beneficiário(s), ou se por qualquer motivo não prevalecer(em) aquele(s) que for(em) designado(s), o capital segurado será pago conforme os termos do Código Civil. Para fins deste seguro, o companheiro(a) é equiparado ao cônjuge para todos os fins e efeitos de direito.

8.2.1. Na falta das pessoas indicadas no item anterior, serão Beneficiários os que provarem que a morte do Segurado os privou dos meios necessários a sua subsistência.

9. ATENDIMENTO

9.1. Será disponibilizado(a), no mínimo, um(a) agente de relacionamento empresarial da CONTRATADA, o(a) qual deverá responder questionamentos acerca das movimentações (inclusão/exclusão) de beneficiários, bem como auxiliar na correção das situações apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados em até 24 horas.

9.1.1. O agente de relacionamento empresarial indicado deverá dispor de telefone e e-mail corporativo, para viabilizar as tratativas junto à CONTRATANTE.

9.2. A inclusão ou exclusão de segurados deverá ser solicitada por empregado da CDP responsável pelo cadastramento, sem limitação mínima, mediante sistema web ou e-mail da seguradora.

9.2.0.1. As exclusões de segurados deverão ser comunicadas à CONTRATADA até o último dia do mês corrente para que possa ser viabilizada a inativação a partir do dia 01 do mês subsequente, exceto quando motivada por falecimento, o qual deverá ser comunicado em qualquer tempo.

9.2.0.1.10. Exclusões em razão de óbito retroagirão à data do ocorrido, mediante apresentação de documento comprobatório por parte da CONTRATANTE, cabendo reembolso dos valores cobrados após a data do falecimento do beneficiário a serem repassados no mês subsequente à solicitação de inativação.

9.2.0.1.11. Caso a CONTRATANTE comunique à CONTRATADA no mês que antecede o desligamento de empregado em gozo de aviso prévio, a CONTRATADA deverá cobrar somente a fatura da competência em que o referido empregado foi desligado, independentemente do desligamento ocorrer após a data de movimentação.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Em relação à **estimativa de quantidades de vidas**, utilizamos o número de diretores, conforme organograma da Companhia Docas do Pará, os quais serão considerados como segurados.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Contratação de seguro de vida em grupo para os diretores da CDP.	Serviço	03 vidas

10.2. O preço estimado para balizar os valores desta licitação foi obtido por meio de pesquisa no sítio eletrônico "Painel de Preços" e "[Comprasnet](#)", observando os termos do §2º, art. 16 do Instrumento Normativo de Licitações da Companhia Docas do Pará, bem como considerando a quantidade de segurados indicados e a proposta identificada no Anexo *Comprasnet* Autoridade Portuária de Santos (id. 9416465 - fls. 4/5), cuja taxa indicada foi de 0,9739, a qual incide sobre o Capital Segurado (id. 9416465, item 3.2 - TR - fls. 6), sendo divididos por 1000.

10.3. Desse modo, considerando que o Capital Segurado deste certame (R\$ 500.000,00) e o 'TIPO MENOR PREÇO GLOBAL', faz-se necessária a devida adequação da pesquisa de preço identificada ao caso concreto. Nesse sentido, será utilizada a mesma taxa de 0,9739 (id. 9416465 - fls. 4/5), multiplicada pelo Capital Segurado deste certame (R\$ 500.000,00), divididos por 1000, alcançando o valor individual de R\$ 486,95.

10.4. Portanto, tratando-se de 03 diretores, a estimativa de custo mensal é de R\$ 1.460,85 (um mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos), anual de R\$ 17.530,20 (dezessete mil quinhentos e trinta reais e vinte centavos), e **global (5 anos) de R\$ 87.651,00 (oitenta e sete mil seiscentos e cinquenta e um reais)**.

11. HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.1. O Proponente deverá apresentar:

11.1.1. Um Atestado de Capacidade Técnica, em nome da proponente, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, (não sendo admitidos atestados de corretoras para seguradoras ou de seguradoras para seguradoras), que comprovem a prestação de serviços de características semelhantes com o objeto da presente licitação, e considerando 50% (cinquenta por cento) da quantidade de vidas estimadas neste Termo de Referência.

11.1.2. Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

11.1.2.1. dados da empresa licitante: nome, CNPJ;

11.1.2.2. dados da empresa cliente: nome, razão social, CNPJ, endereço;

11.1.2.3. descrição dos serviços com dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados e identifiquem a compatibilidade e semelhança com o objeto da licitação;

11.1.2.4. dados do emissor do atestado: nome e contato; e

11.1.2.5. local, data de emissão e assinatura do emissor.

11.1.3. Declaração expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de que está autorizada a operar regularmente nos ramos de seguro objeto deste processo licitatório.

12. PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

12.1. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

12.2. Observa-se também a economia de escala, viabilizando um menor valor a se alcançar na licitação.

12.3. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração e por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

12.4. Desse modo, a solução única para a Companhia Docas do Pará não restringe o mercado para o objeto a ser licitado, tendo o fim de buscar a economia em escala, que é a viabilidade de reduzir o custo médio do escopo pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades produzidas, sem perde a qualidade do objeto (economicidade x qualidade).

13. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será permitida a subcontratação.

14. INCLUSÃO DE NOVOS SERVIÇOS

14.1. Na hipótese da CONTRATADA oferecer novos serviços voluntariamente e/ou por alterações (inclusões) de normas regulamentadoras e/ou dispositivos legais que não constem do presente Termo, caberá à CONTRATADA executar tais serviços, sendo vedado, no entanto, realizar cobrança de valores ou taxas pelos serviços a serem incluídos.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do contrato resultante deste certame será de 05 (cinco) anos, bem como a renovação da previsão orçamentária, com início a partir da data de sua assinatura, na forma estabelecida na Lei nº 13.303/2016, em seu Art. 71, bem como do Art. 128 c/c 129, § único do Regulamento de Licitações e Contratações e Contratos.

15.1.1. A contratação pelo prazo estabelecido no item acima é justificável, uma vez que se trata de prestação de serviço de natureza continuada.

15.1.2. Sendo válido destacar que, considerando a obrigatoriedade de fornecimento de plano de assistência ou seguro à saúde, estipulada no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria profissional há mais de 05 (cinco) anos, a continuidade de tal contratação configura-se como de extrema importância, visto que o prazo contratual de 05 (cinco) anos refletirá em maior garantia para a futura CONTRATADA, trazendo, inclusive, preços mais vantajosos para a Contratação.

16. DA CONTRATAÇÃO, REAJUSTE/REPACTUAÇÃO, E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

16.1. O preço contratual poderá ser repactuado, observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de abertura das propostas, observando-se nas repactuações subsequentes o prazo mínimo de um ano contado a partir da data do fato gerador da repactuação imediatamente antecedente.

16.2. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente; 4.2.1. Caso a CONTRATADA não requeira a repactuação e/ou não comprove o desequilíbrio contratual tempestivamente e seja prorrogado o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

16.3. Na primeira repactuação poderão ser contemplados todos os componentes de custo deste Contrato, desde que tenham sofrido variação a partir da data de apresentação da proposta, mediante demonstração analítica dessa variação devidamente justificada e comprovada.

16.4. A repactuação obedecerá às disposições contidas no edital e no instrumento contratual, aos preços praticados no mercado, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, parte integrante da proposta comercial da CONTRATADA e, no que couber, expedida pelo então Conselho de Coordenação e Controladas Empresas Estatais e às instruções baixadas pelos órgãos governamentais competentes, devendo a CONTRATADA observar o seguinte: a) requerimento, com vistas à majoração ou redução de preços; b) demonstração de desequilíbrio, com a apresentação de duas planilhas de custos: uma do tempo atual e outra da época da proposta; c) comprovação dos valores dos itens a serem revisados ou repactuados, feita com base na legislação aplicada, ou em documentos legais, tais como notas fiscais, recibos, faturas, tendo como limitador o IPCA (variação acumulada dos últimos 12 meses), devendo haver compatibilidade e veracidade das informações apresentadas.

16.5. Os valores das mensalidades para as novas adesões serão reajustados, na mesma data e no índice de reajuste previsto neste capítulo independente da data de inclusão, sendo que o percentual de reajuste deve ser o mesmo para todos os consumidores que integram o contrato coletivo, não podendo o reajuste ser diferenciado para idosos ou pessoas com algum tipo de doença.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado mensalmente até o 18º (décimo oitavo) dia do mês subsequente à prestação do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal, Demonstrativo Mensal dos Beneficiários com valores individualizados e total, Boleto, e das seguintes Certidões: a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; b) Certificado de Regularidade do FGTS; c) Certidão Negativa da Fazenda Municipal do domicílio fiscal da licitante; e d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.2. Os documentos listados no item anterior deverão ser protocolados pela CONTRATADA, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente à prestação do serviço, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outro meio disponibilizado pela CONTRATANTE, a exemplo do e-mail "protocolo@cdp.com.br", para que seja iniciado e encaminhado o processo à fiscalização do contrato a fim de certificar a nota fiscal eletrônica/fatura, viabilizando, desse modo, o pagamento.

17.3. Caso a CONTRATADA não encaminhe a documentação completa no prazo estipulado, esta estará sujeita às penalidades dispostas no presente Termo de Referência, inclusive em relação ao cancelamento da Nota Fiscal e emissão de nova NF/Boleto para fins de recolhimento de impostos na mesma competência por parte da CONTRATANTE, bem como atualização da data de vencimento do boleto com a quantidade de dias correspondentes aos dias de atraso.

17.4. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do preço per capita registrado na proposta e em conformidade com este Termo de Referência, sendo o pagamento por meio de depósito bancário ou da fatura emitida.

17.5. O MENOR PREÇO PER CAPITA significará valor específico por beneficiário que deverá estar descrito na nota fiscal-fatura.

17.6. Os esclarecimentos que se fizerem necessários para dirimir alguma dúvida serão solicitados à CONTRATADA no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte à data do recebimento da fatura.

17.7. A interrupção da prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, pela CONTRATADA, sem motivo justificado, será considerada como abandono, o que poderá ocasionar a aplicação das sanções legais definidas neste Termo de Referência, no edital, no contrato a ser assinado, bem como em toda a legislação pátria.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. A contratação decorrente desta licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012 c/c Decreto nº 9.178/2017, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber. Nesse sentido, a CONTRATADA deverá:

- 18.1.1. Orientar seus funcionários quanto à separação e descarte correto dos resíduos produzidos, conforme gerenciamento de resíduos da Companhia;
- 18.1.2. Fazer o uso racional da água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício, e promover ações e/ou utensílios que promovam a redução do consumo;
- 18.1.3. Repassar aos seus funcionários todas as informações referentes à redução do consumo de recursos;
- 18.1.4. Realizar descarte ambientalmente adequado e conforme a legislação vigente dos resíduos gerados na atividade de monitoramento; e
- 18.1.5. Priorizar aquisição de insumos, materiais e equipamentos no mercado local.

18.2. A comprovação poderá ser realizada pela apresentação de certificado emitido por instituição pública oficial, ou por instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que a empresa cumpre critérios de sustentabilidade, nos termos do art. 8º do Decreto nº 7.746/2012 c/c Decreto nº 9.178/2017.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 19.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 19.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 19.1.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 19.1.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 19.1.5. Disponibilizar à CDP tratamento diferenciado em horário comercial, preferencialmente por consultores designados para prestar quaisquer informações sobre o seguro durante a vigência do contrato;
- 19.1.6. A seguradora assumirá toda a responsabilidade pelos serviços de seguro que cobrirão igualmente todos os empregados;
- 19.1.7. Havendo divergência entre o laudo de invalidez permanente total ou parcial emitido por médico assistente de segurado e a perícia de seguradora para pagamento da indenização, a despesa na constituição da junta médica o ônus ficará por conta da seguradora;
- 19.1.8. A **SEGURADORA-CONTRATADA** fornecerá à Gerência de Recursos Humanos cópia da apólice contendo as descrições das garantias e dos respectivos valores segurados;
- 19.1.9. Fornecer detalhamento dos serviços prestados quando solicitados pela CONTRATANTE;
- 19.1.10. Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e demais obrigações sociais, bem como as tributárias;
- 19.1.11. A seguradora, ao conceder o pagamento ao segurado, manterá informada a CDP através da Gerência de Recursos Humanos, a fim de manter o controle para que seja realizada avaliação interna do sistema do processo.
- 19.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação exigidas na contratação;
- 19.1.13. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento do bem ou execução do serviço objeto da contratação;
- 19.1.14. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da execução do serviço objeto da contratação durante a execução do contrato;
- 19.1.15. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização no uso de água e de energia elétrica no uso dos equipamentos;
- 19.1.16. Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a CONTRATANTE entender conveniente;
- 19.1.17. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 19.1.18. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelo cumprimento das cláusulas e condições deste contrato, assim como pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância às especificações constantes neste Termo de Referência, respondendo perante a CDP e terceiros, por perdas e danos que der causa, pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou subordinados, bem como por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da formalização e da execução do presente contrato;
- 19.1.19. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 19.1.20. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 19.1.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 19.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 19.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 19.1.24. As licenças para a execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, assistida, quando necessário, pela CDP;
- 19.1.25. Constitui obrigação da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais cabíveis;
- 19.1.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 19.1.27. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 19.1.28. A CONTRATADA obriga-se a corrigir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução; e
- 19.1.29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (CDP)

20.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 20.1.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço e sanções administrativas;
- 20.1.2. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 20.1.3. Acompanhar o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita;
- 20.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 20.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 20.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do bem ou realização do serviço objeto da contratação;
- 20.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de execução do serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 20.1.8. Efetuar pagamentos à luz das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

21. CONDIÇÕES DA GARANTIA TÉCNICA

- 21.1. Para todos os efeitos legais de garantir a fiel execução do Contrato, a empresa vencedora do certame licitatório prestará a garantia de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. As sanções administrativas serão aplicadas nos termos da Lei nº. 13.303/2016 e da Seção sobre Sanções Administrativas do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da CDP.
- 22.2. As espécies de sanções administrativas aplicáveis ao Licitante e a CONTRATADA são:
- 22.2.1. I - advertência;
- 22.2.2. II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- 22.2.3. III - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CDP, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e
- 22.2.4. IV - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para as contratações oriundas do Pregão previsto na Lei nº 14.133/2021, quando a Licitante ou CONTRATADA apresentar as seguintes condutas:
- 22.2.4.1. não celebrar o contrato;
- 22.2.4.2. não manter a proposta;
- 22.2.4.3. apresentar documentação falsa;
- 22.2.4.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.2.4.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 22.2.4.6. cometer fraude fiscal; e
- 22.2.4.7. não assinar a ata ou o contrato, quando convocada, dentro do prazo estabelecido no Regulamento.
- 22.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a indicada no inciso II, conforme a gravidade do fato.
- 22.4. A sanção prevista no inciso III poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84 da Lei no 13.303/2016.
- 22.5. A aplicação das penalidades elencadas no caput deste artigo não impede a resolução do contrato pela CDP.
- 22.6. Compete ao Diretor Presidente - DIRPRE a aplicação das penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV.
- 22.7. No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei no 12.527/2011 e do Decreto no 7.724/2012.

23. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

23.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

24. RESCISÃO

24.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá rescindir de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caibam à CONTRATADA outros direitos, especialmente o de indenização, além daquele referente ao pagamento dos serviços já prestados e, garantida a prévia defesa, poderá aplicar ao Contratado as sanções previstas no art. 83 da Lei nº. 13.303/2016, bem como as previsões do Capítulo VI, Seção III do Regulamento de Licitações e Contratos.

24.2. Em qualquer caso, a rescisão, com suas condições, deverá ser consignada em termo próprio.

24.3. Caso venha a ser rescindido o contrato, independentemente das causas que ensejaram a rescisão, fica a CONTRATADA responsável pelo cancelamento dos serviços objeto do presente ajuste e pelos serviços que venham a ser prestados aos diretores da CONTRATANTE, após o cancelamento ou interrupção do contrato.

25. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

25.1. Das penalidades aplicadas caberá recurso, nos termos do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da CDP, consulta por intermédio do link <https://www.cdp.com.br/wp-content/uploads/2023/01/IN-2102.01-LICITACOES-E-CONTRATOS-V-2.0-1.pdf>.

26. DA COMPLEMENTAÇÃO E MODIFICAÇÃO

26.1. O Contrato poderá ser modificado ou complementado, mediante acordo entre as partes, observado as formalidades legais e regulamentares pertinentes, para solução dos casos omissos e dúvidas emergentes, à luz do Instrumento Normativo para Gestão do Regulamento e Licitações e Contratos da Companhia (IN-2102-01) e à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, mediante Termo Aditivo considerado integrante do Contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Ruben C. da Cunha**, Supervisor Administração de Recursos Humanos, em 08/04/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9613188** e o código CRC **339E3674**.



Referência: Processo nº 50901.009806/2024-63



SEI nº 9613188

Avenida Presidente Vargas, 41 - Bairro Campina
Belém/PA, CEP 66010-000
Telefone: 31829117 - www.cdp.com.br